

**A historiografia dos vencidos da Primeira República:
Uma análise historiográfica e conceitual.**

IGOR GUEDES RAMOS *

ANDRÉ LUIZ JOANILHO **

Durante o período da Primeira República surgiram movimentos sociais protagonizados por operários, jacobinos e monarquista. A análise desses movimentos aparece em um grande número de obras de história. Este texto faz um balanço dessa produção historiográfica, tentando compreender as mudanças teórico-metodológicas ocorridas na década de 1980, bem como realizar um debate conceitual em torno dessas mudanças considerando as contribuições de Edward P. Thompson.

Entendemos que os historiadores brasileiros muitas vezes atribuíram a esses movimentos o papel de coadjuvantes nos processos históricos, abordando o tema de forma oblíqua e fragmentária. Essa postura, em parte, se explica por serem movimentos derrotados. Isto é, por não terem atingido seus objetivos expressos ou obtido vitórias políticas que consolidassem transformações socioeconômicas a seu favor, portanto, seriam de pouca relevância para compreensão da história da Primeira República:

[...] os contemporâneos oposicionistas, durante os inúmeros conflitos que pontilharam os princípios da República, aventaram diferentes formas de solução política e de organização da Nação que não a instituída. Por não terem triunfado, passaram como fantasias irrelevantes. Sob este ponto de vista, os depoimentos que atestavam a pluralidade de opções abertas para os rumos da sociedade foram submetidos às versões hegemônicas, em proveito da construção ideológica de um discurso interessado em afirmar que a paz e o consenso presidiram o advento da República. [...] Enredados pelos argumentos bem articulados dos senhores da situação, muitos historiadores desconsideraram as tentativas de desestabilizar o regime perpetradas por monarquistas e republicanos desiludidos. (JANOTTI in FREITAS, 2003: 125-126)

Em outras palavras, por um lado, a memória construída pelo grupo "vencedor" influenciou a historiografia posterior, estimulando a desconsideração em

* Doutorando em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis-SP, pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, orientando do prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior. Contatos: igor.guedes.ramos@gmail.com - herebell@hotmail.com

** Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Contato: alj@uel.br

relação aos movimentos derrotados. E, por outro lado, muitas vezes a necessidade de atribuir um sentido único, uma universalidade à história da República, fez com que os "derrotados" fossem interpretados apenas como um entrave efêmero a uma fatalidade histórica, um apêndice, sem possibilidade de interferir ou influenciar nessa história.

Segundo Maria de Lourdes Mônico Janotti, no início do século XX emerge o discurso que consagra os mitos do "consenso nacional" e da "indiferença da população" em relação à proclamação da República, que tem a função de ocultar as tensões entre os diversos grupos sociais e políticos - monarquistas, jacobinos, anarquistas, etc. - e, até mesmo, entre os segmentos da própria classe dominante. Em oposição ao discurso monarquista, que idealizava o Império e suas tradições, os republicanos paulistas se associavam ao progresso, ao moderno e à "sociedade democrática". Nesta perspectiva, a monarquia era o passado que foi naturalmente superado:

O discurso civil, hegemônico até a década de 20, idealizou as conquistas obtidas com os sucessos da implantação do modelo da República liberal e presidencialista. O Partido Republicano Paulista, seu maior porta-voz, com sutileza política, reconhecia a importância dos militares nos primeiros momentos, mas prioriza a ação contínua e decisiva da propaganda republicana desde 1870. Identificava-se com o progresso e a modernidade, frutos da dinâmica econômica cafeeira, defendendo a autonomia municipal como um dos esteios da sociedade democrática. (JANOTTI in FREITAS, 2003: 131)

Tal discurso foi bem sucedido, "impôs à historiografia brasileira o estudo de temas onde a história de São Paulo e da elite paulista são dominantes" (JANOTTI in FREITAS, 2003: 133), as evidências - principalmente fontes jornalísticas - foram ignoradas, reduzindo a importância da ação dos monarquistas.

Até por volta de 1980, ruptura ou continuidade, revolução ou conciliação foram os temas explorados pelos historiadores para compreenderem o processo de mudança da monarquia para a república no Brasil (Cf. JANOTTI in FREITAS, 2003: 137-139). Neste sentido, os monarquistas ou foram relegados ao passado ou foram incorporados as novas condições socioeconômicas e políticas do país, sendo sua ação nos primeiros anos da República de pouca relevância.

O movimento jacobino é tratado de forma semelhante pela referida historiografia, pois esse também só se torna objeto específico de análise na década de

1980. Em sua época, apesar de dispersa, repetitiva e panfletária, a produção literária do próprio movimento e sobre ele foi abundante. Podia ser dividida, basicamente, entre "amigos" e "inimigos" dos jacobinos. Entre os inimigos estão os próprios monarquistas, que ajudam a abafar a repercussão do movimento, atribuindo aos jacobinos civis uma imagem de desordeiros e aos militares de traidores. Em 1920, os jacobinos já eram uma lembrança vaga, só foram rememorados devido aos levantes militares da época e apenas para esclarecer questões referentes aos governos e as grandes ações militares. Em geral, representados de forma pejorativa como autoritários (Cf. QUEIROZ, 1986: 173-174).

Segundo o balanço historiográfico de Suely Robles de Queiroz, é a partir da relação entre civis e militares que a historiografia brasileira aborda "lateralmente" o jacobinismo - especialmente por meio da análise do tenentismo a partir da década de 1960. Essa produção pode ser dividida basicamente em três correntes:

Viu-se que uma vertente aponta os militares, especialmente os do Exército, como representantes da vanguarda política das classes médias, em função da proveniência social da oficialidade.

[...] outra nega a existência de laços organizatórios entre ambas, devendo-se a atuação política dos militares à sua posição no aparelho de Estado.

Uma terceira corrente concilia as duas. Interpretações classistas e institucionais não se opõem, antes completam-se. Os militares são parte, tanto do Estado quanto da estrutura de classe, e seu comportamento é ditado pela inserção em ambos. (QUEIROZ, 1986: 210)

Em geral, os jacobinos eram entendidos como um grupo de grande diversidade socioeconômica e cultural e, portanto, de idéias e práticas inconstantes. Sua relevância (ou não) estava intimamente associada as características de sua relação com o Exército.

Por fim, destacamos a produção historiográfica sobre o movimento operário da Primeira República, que apresentou características semelhantes as anteriores. Além da produção literária própria do movimento, que é volumosa e diversificada, a partir da década de 1950 sociólogos e cientistas políticos se dedicaram a análise do desenvolvimento industrial brasileiro e, conseqüentemente, dos grupos sociais envolvidos. Inicialmente utilizaram um modelo interpretativo em que a classe operária, inclusive sua consciência, é determinada pela estrutura socioeconômica. E, após alguns "incidentes", chega-se na década de 1970, com um modelo interpretativo que tenta relacionar estrutura e conjuntura, fatores socioeconômicos e políticos e as práticas

operárias, para daí compreender a classe operária e sua história (Cf. RAMOS, 2009: 37-50).

Em 1976 foi publicada a obra *Trabalho urbano e conflito social* de Boris Fausto, um dos primeiros estudos produzido por um historiador, tendo como objeto específico o movimento operário brasileiro. De modo geral, as interpretações de Fausto, a respeito da formação classe operária brasileira e seus primeiros anos, buscam relacionar as condições socioeconômicas e políticas, com as práticas operárias do período; sendo que aquelas determinam estas, permitindo as práticas operárias somente uma pequena “margem de manobra”. Nesse sentido, o Estado autoritário e excludente, o baixo desenvolvimento industrial, as condições econômicas e políticas internacionais, etc. ao mesmo tempo em que impulsionam o movimento operário, desarticulam a classe. Os operários não amadurecem para luta na instância política formal (sindical-partidária), fator que desarticula ainda mais a classe e reduz a combatividade do movimento operário, resultando em sua derrota e a manutenção do Estado autoritário (Cf. FAUSTO, 1986: 247-248, passim).

Nesta perspectiva, a responsabilidade pela derrota do movimento operário se divide entre as condições socioeconômicas do país e as próprias práticas operárias. O baixo desenvolvimento industrial brasileiro no período destina de antemão o movimento operário à ruína. A única possibilidade de "vitória" é a organização em partido, o reconhecimento da "instância política de luta", exatamente o que os anarquistas pretendem destruir e, portanto, não reconhecem.

Outros estudos do período seguem essa mesmo modelo interpretativo como, por exemplo, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil* (1982), de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi. A partir de meados da década de 1980, esse modelo foi duramente criticado, por sua tendência a julgar o movimento operário:

O estudo do movimento operário dos anos de 1917 a 1921 nos dois maiores centros brasileiros inicia-se com uma certa estupefação em relação, principalmente, ao tipo de horror que senti nos textos historiográficos existentes sobre o assunto. Era muito comum no balanço final da conjuntura deter-se nas características que a classe operária não possuía, porque tinha-se em mente um modelo de comportamento político e de classe operária visivelmente alienígena e historicamente dúbio ou absolutamente teórico. Chegava-se a conclusão de que a classe operária brasileira da Primeira República era fraca (pequena, composta de um grande número de mulheres e crianças) e mal conduzida, isto é, com uma liderança que se guiava por uma ideologia pequeno-burguesa. O meu horror era ver que com esses

pressupostos – composição da classe e orientação ideológica – subtraia-se da classe operária a sua própria identidade. (CAMPOS, 1988: 12)

Até aqui buscamos demonstrar que pelo menos até meados da década de 1970, boa parte da historiografia brasileira não se preocupou especificamente com os movimentos monarquista, jacobino e operário, quando o fez, tendeu a julgar negativamente a ação desses movimentos de acordo com critérios estranhos àqueles indivíduos e suas condições históricas. Essa postura pode ser entendida a partir dos princípios, conceitos ou instrumentais teóricos utilizados no período. De acordo com Janotti, os historiadores procuraram explicar o insucesso dos monarquistas por meio do "princípio da fatalidade histórica":

*Tanto os contemporâneos como a maioria dos historiadores viram o advento da República como uma fatalidade histórica. A percepção fatalista, utilizada como categoria para a compreensão do passado, baseia-se na inevitabilidade da evolução dos acontecimentos. De modo geral e esquemático, esse discurso articula-se em torno de avaliações conjunturais do final do Império, concluindo que as instituições monárquicas haviam a tal ponto se esclerosado que, dentro dos antigos moldes do poder, não seria possível absorver quaisquer mudanças provenientes da rearticulação das forças econômico-político-sociais. **O mundo transformara-se, modernizara-se e o velho regime estava, pelas leis da natureza, ou da ciência - dependendo da formação teórica do autor -, fadado a ser substituído pelo novo, a República** [grifo nosso]. (JANOTTI in FREITAS, 2003:141-142)*

Em outras palavras, o "princípio de fatalidade" enquadra o processo histórico em uma determinada linha evolutiva, que torna inevitável - por exemplo - a derrota dos monarquistas na Primeira República. Esse tipo de interpretação está associado à história dita positivista, saturada pela idéia de progresso e, também, a algumas vertentes marxistas. Pois, emerge no materialismo dialético um sentido da história, com caráter positivo, que determina o progresso irremediável das forças produtivas e, conseqüentemente, da consciência humana (Cf. CASTORIADIS, 1986: 48-49 passim). Destarte, os monarquistas são o passado que devem ser naturalmente "superados".

Em relação ao movimento jacobino, suas práticas radicais, violentas e autoritárias podem ser caracterizadas como retrogradadas, não condizentes com a "República democrática", portanto fadadas ao desaparecimento. Queiroz já assinalou que o silêncio em relação aos jacobinos "possivelmente decorra do recuo da historiografia ante o extremismo que o singularizava" (QUEIROZ, 1986: 09). Além

disso, esse "reco da historiografia" pode estar associado aos conceitos de classe e "ação política" em voga na época, como evidência a análise da autora: "É bastante difícil, todavia, lidar com os jacobinos. Não constituem um partido político estruturado, não representam uma classe social única e envolvem militares" (QUEIROZ, 1986: 14).

Em linhas gerais, na tradição marxista-leninista, as classes se constituem objetivamente de acordo com a posição que os indivíduos ocupam nas relações sociais de produção, com o desenvolvimento das forças produtivas, as lutas entre as classes e a condução do movimento por uma vanguarda esclarecida, enfim, emerge a consciência de classe. Isto é, além da mesma situação em relação à propriedade dos meios de produção, ao capital e às outras classes, se desenvolve uma consciência universal, política (organizada em sindicatos e partido) e revolucionária de suas condições materiais e um projeto político revolucionário (Cf. ANTUNES, 1990: 22-24). Sendo o movimento jacobino constituído por indivíduos de diferentes classes, um estudo que utilize esse conceito de classe como categoria fundamental de análise, é propenso a caracterizar os jacobinos como desarticulados e, portanto, fadados ao fracasso.

Decorre disto, também, a impossibilidade da constituição de um "projeto político" alternativo ou de uma "ação política" eficiente por parte dos jacobinos. Lógica semelhante foi aplicada à análise do movimento operário brasileiro. Na perspectiva de Hobsbawm - bastante presente na já referida análise de Fausto, Hardman, entre outros - as classes em sua acepção objetiva existem desde as sociedades arcaicas que romperam com as relações de parentesco. Entretanto, "a consciência de classe é um fenômeno da era industrial moderna" (HOBSBAWM, 2000: 36), ou seja, somente com o desenvolvimento do capitalismo as classes começam a adquirir consciência de si próprias e produzem movimentos sociais genuinamente políticos e coesos.

Entre as ideologias pré-políticas, Hobsbawm destaca o anarquismo clássico, que por se basear nas revoltas espontâneas e descartar a luta sindical e político-partidária; "é incapaz de resistir de forma organizada a uma repressão verdadeiramente eficiente e a um controle constante, [...] é uma forma de movimento de quase impossível e efetiva adaptação às condições modernas, apesar de ser o resultado delas" (HOBSBAWM, 1970: 119). O anarco-sindicalismo, em relação ao anarquismo clássico, apresenta a vantagem de admitir uma organização sindical, o que é um passo, embora

não concretizado, em direção a uma luta político-partidária (HOBSBAWM, 1970: 118), mas sua debilidade era uma compreensão errônea da natureza do Estado e do Partido.

A perspectiva de Edward Palmer Thompson difere parcialmente de Hobsbawm, já que para o autor:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987: 10)

Desta forma, a classe surge quando, por meio das relações humanas e da luta de classes ¹, um grupo de pessoas passa a se comportar repetidamente de modo classista; partilhando, não somente a mesma posição nas relações de produção, mas também comportamentos, cultura e instituições que condizem com seus interesses.

Para compreender esse processo, Thompson utiliza *experiência* como conceito de junção, que articula ser social, diretamente determinado pelas relações de produção; e consciência social, mediada pela cultura e pelo pensamento dos indivíduos, mas limitada e pressionada pelo ser social. Com uma acepção próxima a tradição hegeliana, que usa "essa palavra para designar a retificação da compreensão prévia da realidade, ou seja, a noção dialética da experiência como negação de erros prévios" (FERRERAS, 1999: 310). Contudo, em Thompson a "retificação dos erros prévios" tem como critério de verdade (base ontológica) o "ser social".

Em outras palavras, a *experiência* é diretamente determinada pelas condições materiais e pelas relações de produção, "surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento" (THOMPSON, 1981: 16). Os indivíduos passam fome, são presos sofrem com o desemprego e com as guerras, etc. e refletem sobre isso por meio de sua cultura, seus valores, pensamento, etc. constituindo a consciência social. Posteriormente, outras crises, guerras, enfim, as condições materiais proporcionam

¹ Thompson assinala que a "luta de classe" precede a própria "classe", tendo o primeiro conceito caráter mais universal que o segundo (Cf. THOMPSON, 1989: 37).

outras experiências que, por sua vez, mediadas pela cultura exercem pressões, geram tensões sobre a consciência social existente, modificando-a:

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981: 16)

Portanto, a classe deve ser entendida no seu "fazer-se", no modo como as experiências de determinados indivíduos, por serem regulares devido as causas materiais comuns, constituem relações de solidariedade de classe. Essas experiências serão mediadas pela cultura de cada época, lugar e grupo de indivíduos dando origem a distintas formas de consciência de classe. Por isto, Thompson, por um lado, considera a cultura como elemento constituinte da classe e da consciência de classe e, por outro lado, a impossibilidade de compreendermos a classe operária a partir de um modelo específico de práticas e formas de pensar, julgando um ou outro grupo de operários como mais ou menos consciente. Sobre isto, Thompson esclarece:

Quando falamos da "inteligibilidade" da história podemos estar falando do entendimento da racionalidade (de causalção, etc.) do processo histórico: trata-se de um conhecimento objetivo, revelado num diálogo com determinadas evidências. Mas podemos também estar fazendo referência à "significação" desse passado, seu significado para nós; este é um juízo de valor subjetivo, e a tais perguntas a evidência não pode oferecer respostas. Isso não implica a conclusão de que todos esses exercícios sejam impróprios. Podemos concordar (com Popper) que cada geração, cada historiador, tem direito a expressar um "ponto de vista", ou (com Kolakowski) que temos o direito de atribuir essa "inteligibilidade imanente" à história como um "ato de fé", desde que deixemos claro que isto se baseia não em procedimentos científicos (Cf. THOMPSON, 1981: 51)

Nesse sentido, é preciso descrever e analisar a experiência de exploração e resistência dos anarquistas, por meio da suas condições de trabalho e moradia, repressão policial, suas festas, passeatas, destruição de máquinas, jornais, etc. como um processo de constituição de classe e de consciência classe. Porém, afirmar que possuem "falsa consciência social" ou assinalar seus equívocos a partir de critérios que desconheciam é tão inútil quanto "queixar-se de que a burguesia não foi comunitária, ou de que os Lavellers não introduziram a sociedade anarco-sidicalista" (THOMPSON, 1981: 52-53).

Em relação aos jacobinos, mesmo se tratando de um grupo bastante heterogêneo considerando a posição profissional (relações sociais de produção) e institucional de seus "membros", poderíamos tratá-los em termos de classe se analisarmos as experiências e os valores culturais que compartilham, que constituem laços de solidariedade entre eles e, também, as formas como reagem em conjunto à exploração que experimentam. Por fim, pensando suas lutas como um processo diversificado e sempre indeterminado de constituição de classes e consciências de classes no Brasil.

Uma outra possibilidade, não marxista, seria pensar esses movimentos sociais sobre a ótica da Nova História Cultural. Isto é, analisar as representações de mundo - dispositivos metáforas duráveis e partilhados pelos indivíduos de um grupo que incorporam a estrutura social e organizam a apreensão e inteligibilidade do real - desses grupos sociais, que são matrizes de práticas e discursos que buscam impor determinada representação de mundo como verdadeira, dentro de um relação de forças com os outros grupos socioculturais (Cf. CHARTIER, 1990: 17-18, passim).

Contudo, a produção historiográfica brasileira que nos referimos anteriormente, não teve acesso ou não considerou seriamente ² as implicações dessas e outras reflexões teóricas que surgem a partir da década de 1960, sobretudo na Inglaterra e na França. Foi somente por volta de 1980, que alguns historiadores brasileiros dedicaram maior atenção aos monarquistas, jacobinos e operários tentando escapar das determinações fatalistas e dos juízos de valor. Vejamos três exemplos dessa produção dos anos 80, para examinarmos como se deu a mudança historiográfica:

Primeiro exemplo, em sua obra *Os subversivos da República*, publicada pela primeira vez em 1986, Janotti afirma a relevância do movimento monarquista. Sua análise é fundamental para percebermos a "violência como prática de dominação" no início da República, que foi permeada por constantes intervenções arbitrárias do Estado, como forma de "resolver os desentendimentos da classe dominante e neutralizar as manifestações das contradições entre as diferentes classes sociais" (JANOTTI, 1986: 8). Assim, a autora indica que as relações de força na sociedade são importantes para sua constituição e, portanto, a necessidade de estudá-las.

² Fausto, por exemplo, busca desenvolver um diálogo com o pensamento de Thompson e, até mesmo, de Michel Foucault, mas mantém Hobsbawm como referencial teórico fundamental.

Segundo Janotti, após a proclamação da República, ainda atordoados, os monarquistas foram vagarosamente organizando-se em pequenos grupos que giravam em torno de importantes políticos do Império, jornalistas e intelectuais capazes de divulgar a ideologia monarquista. Fundaram, então, em 1895, o Partido Monarquista em São Paulo; e, em 1896, o Centro Monarquista no Rio de Janeiro. Esses partidos eram formados por políticos de província, funcionários da burocracia estatal, portadores de títulos nobiliárquicos, bacharéis das faculdades de Direito, parentes dos políticos do Império, católicos radicais e diversos outros personagens descontentes com a República. Todos tinham em comum:

[...] ressentimentos relativos à perda do prestígio, dos cargos e dos privilégios que desfrutavam sob o Império [...] [ou, ainda,] profundo respeito a tradição, sentimentos antimilitaristas, a idealização do Império como modelo de virtudes cívicas e o conservadorismo religioso. (JANOTTI, 1986: 10)

O movimento foi ativo no período de 1889 até 1910, apoiando e organizando comícios, greves e revoltas, até mesmo proclamando a restauração da monarquia na cidade de Ribeirãozinho, Estado de São Paulo.

Em sua obra, Janotti busca compreender os monarquistas a partir de três eixos: suas origens, sua fragilidade e seu discurso. As origens do movimento remontam ao conflito entre conservadores e liberais no Império, que culminou no desmantelamento do sistema político vigente. A partir de uniões de caráter oportunistas começam a surgir grupos políticos, como os monarquistas, em parte composto pela facção liberal do império.

Em relação a fragilidade do movimento, a autora afirma que devido ao desenvolvimento capitalista no Brasil, ocorreu o aparecimento de diferentes camadas urbanas, a substituição do escravismo pelo trabalho livre e a ascensão da burguesia agrária. Por essa "questão fundamental":

O grupo monarquista era representativo do segmento caído e que deixara de ser reinante. A vitória da sua causa somente seria obtida com o aniquilamento da burguesia cafeeicultora e de todas as relações capitalistas já estabelecidas. Mas isso se afigurava totalmente impossível. (JANOTTI, 1986: 262)

Outros fatores de menor relevância são: a fragilidade da doutrina elaborada pelo movimento, que se baseava em contradizer os republicanos e sem construir princípios políticos viáveis; articulou-se e dirigiu-se apenas de e para a classe dominante, sem nunca pensar em um monarquismo popular; e, enfim, sofreu o desdém da família real alojada na Europa (JANOTTI, 1986: 262, passim).

Desta forma, apesar de em diversas passagens da obra demonstrar como as ações dos monarquistas foram importantes para o desenvolvimento de práticas repressivas do Estado, Janotti acaba por desqualificar essa relação de forças em sua conclusão, atribuindo como fator fundamental ao desmantelamento do movimento a "fatalidade história" - o desenvolvimento do capitalismo - noção que a própria autora irá questionar em textos posteriores, como vimos anteriormente.

Contudo, quando Janotti trata do discurso monarquista, evidencia como suas "práticas subversivas" penetram na repressão do Estado, fazendo com que este grupo tenha boa parte de suas vontades atendida durante a Primeira República:

Seus escritores [dos monarquistas] esforçaram-se em negar o envolvimento monarquista em revoltas e conspirações, salientando apenas o vigor da propaganda jornalística realizada: ao movimento reacionário de uma fração da classe dominante convinha mais ser lembrado por suas convicções políticas do que pela prática que empreendera. [...] A culpa das violências sofridas por membros do movimento foi atribuída a exaltados jacobinos, isto é, a elementos de outras classes sociais e não à nova facção hegemônica, facilitando dessa forma a futura convivência entre rivais políticos que se respeitam mutuamente. (JANOTTI, 1986: 263-264)

Essa obra participa da "atmosfera historiográfica renovadora" da década de 1980. Pois, toma como objeto de estudo algo relegado ao segundo plano pela historiográfica anterior e demonstra a relevância da ação dos monarquistas na Primeira República. Entretanto, ainda tende a concluir a derrocada do movimento a partir de "princípios fatalistas" (o estabelecimento das relações capitalistas) e julga as ações dos monarquistas por critérios estranhos aos próprios (não construção de princípios "políticos viáveis" e não associação as classe subalternas); pouco considerando as lutas, o embate com os adversários nesse processo.

Segundo exemplo, na obra *Os radicais da República* (1986), Queiroz analisa especificamente o movimento jacobino e segue um caminho semelhante ao de Janotti. A autora entende que a transição da Monarquia à República é um momento

revolucionário, pois remodela o sistema sociopolítico, para propiciar condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. As condições socioeconômicas, o vazio de poder na instância política e a necessidade de modernização do Brasil, unificam forças heterogêneas – militares, classe média, oligarquia agrária, etc. – ao intento de derrubada da Monarquia. Cabendo às forças militares, única organização com estrutura e coesão suficiente, executar e assegurar a revolução. Tendo conquistado o objetivo comum, aparecem as diferenças entre esses distintos grupos.

Por um lado, a classe hegemônica (oligarquia agrária), já detentora do capital, quer adquirir seu espaço político para fortalecer sua condição econômica. Por outro lado, alguns militares não estão dispostos a entregar o espaço político, alegando que as instituições não estavam completamente formadas, necessitando de vigilância. Provocando, desta forma, a instabilidade característica dos primeiros tempos da República (Cf. QUEIROZ, 1986: 09-16).

Nessas condições emerge o movimento jacobino formado de pequenos comerciantes, funcionários públicos, farmacêuticos, guarda-livros, funcionários de estrada de ferro e outros elementos da classe média. Em parte, liderados por políticos - que nem sempre se declararam jacobinos - e por militares do Exército. Apesar da relativa união entre os diferentes grupos que compunham o movimento, esses “são distintos socialmente e, portanto, agem, obedecendo a motivações diferentes” (QUEIROZ, 1986: 241). Assim, existe uma relação complexa entre os indivíduos que compõe o movimento:

É possível perceber que, não obstante a participação instigadora de civis interessados em utilizar o exército como instrumento de propósitos políticos na continuação de uma prática inauguradora com a República e recorrente no processo histórico brasileiro; não obstante ainda a participação entusiástica de um segmento das camadas médias urbanas, a retórica jacobina é nitidamente castrense. (QUEIROZ, 1986: 12-13)

Segundo Queiroz, os jacobinos entendem que são os únicos protetores e fiscalizadores das instituições republicanas e da nação, ameaçada constantemente por subversivos, como os monarquistas; ou estrangeiros, como os portugueses. Demonstra que as práticas - muitas vezes radicais - do movimento, como a constituição de clubes, imprensa especializada, manutenção de "batalhões patrióticos", passeatas de rua e

quebra-quebras, etc. forçaram os grupos opositores a agirem de distintas formas, como o recuo em momento críticos, repressão violenta, articulação da opinião pública, etc. (Cf. QUEIROZ, 1986: 49, 61, 216, passim).

Além disso, para a autora, um aspecto se destaca na derrota dos jacobinos: "o da impossibilidade de o grupo romper com a ideologia da classe rural e viabilizar um projeto político alternativo àquele por ela desenvolvido" (QUEIROZ, 1986: 266). Por um lado, a heterogeneidade étnica e sócio-profissional impossibilitou uma superioridade numérica e a constituição de fortes "laços organizatórios", principalmente entre os jacobinos e o operariado. Por outro lado, era "baixo também o estágio cultural, baixo o grau de consciência social [...] fica clara a inexistência de um projeto alternativo ao grupo agrário capaz de abalar-lhe os alicerces" (QUEIROZ, 1986: 268).

Para definir seu conceito de consciência de classe, a autora utiliza como referencial teórico Lucian Goldman, concluindo:

*Como já se inferiu no caso presente, em decorrência de sua hegemonia, a consciência da classe agrária perpassa a das demais, influenciando-lhes a compreensão do real. Ao identificar lusos e monarquistas como os inimigos primordiais, os jacobinos oferecem um exemplo típico dessa interferência. Para eles, enquanto os primeiros ocuparam o espaço econômico, os últimos apresentavam o risco de preencher o espaço político. [...] **Para o grupo, chegar à "consciência possível" seria alcançar a noção clara de que a fração cafeeira e Prudente eram os representantes do sistema agroexportador responsável por seus males e, portanto, o inimigo a ser identificado em função de tais fatos [grifo nosso].** (QUEIROZ, 1986: 272)*

Na perspectiva de Thompson - notadamente antagônica em relação a de Goldman (Cf. THOMPSON, 1981: 51-53) - a análise de Queiroz seria um "juízo de valor". Pois, assinala a existência de uma consciência social, que não se relaciona com a experiência e a "cultura" dos jacobinos. Isto é, uma "consciência impossível", já que foi cunhada a partir de uma experiência e mediada por uma cultura ou pressupostos teóricos científicos, estranhos aos próprios jacobinos. Em suma, a autora descreve a partir de inúmeras evidências o discurso e as práticas do movimento jacobino, bem como a reação do Estado e de outros grupos sociais a essas práticas, mas conclui com uma análise - de acordo com a perspectiva de Thompson - fundada em um "juízo de valor", impróprio para a análise de evidências históricas.

Na década de 1980, são os estudos sobre o movimento operário que efetivamente consideram as reflexões de Thompson e outras questões colocadas pela

historiografia mais recente. Essa produção é, também, bem mais ampla que aquela sobre os jacobinos e monarquistas. Obras como *Nem pátria, nem patrão* (1983) de Francisco Foot Hardman, *Trabalho, lar e botequim* (1984) de Sidney Chalhoub, *A vida fora das fábricas* (1983) de Maria Auxiliadora Guzzo, *Sonhar Libertário* (1986) de Cristina Hebling Campos, *Do cabaré ao lar* (1985) de Luzia Margareth Rago "resgatam" as práticas, a experiência, a cultura operária na Primeira República.

Dentre essas, como terceiro exemplo, destacamos a obra de Rago. A autora afirma que a luta de classes que leva a transformação/manutenção da sociedade não passa necessariamente pela instância política formal, pela luta político-partidária, como assinala a produção historiografia anterior, por exemplo, a referida obra de Fausto. Na perspectiva da autora, não existe sequer a dicotomia entre instância política formal e informal, existem múltiplas formas políticas, que não se hierarquizam ou se centralizam em uma única "instância verdadeira ou superior". A dominação e a resistência políticas estão em todos os espaços e todos os momentos da vida operária. Entre suas referências teóricas estão Michel Foucault e Thompson:

Embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam a atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas 'não-organizadas' do proletariado e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários. (RAGO, 1985: 14)

Desta maneira, de acordo com Rago, é restituído às "práticas políticas não-organizadas" da classe operária – até então consideradas banais, economicistas ou inconscientes – sua exata capacidade de transformação social, econômica e política. Nesta obra, a autora se propõe a estudar todas essas manifestações de resistência cotidiana e a cultura produzidas pelos trabalhadores brasileiros, entre 1890 e 1930; bem como, as normas disciplinares a eles impostas pela fábrica, pelas várias agências do poder público ou privado, regulando a sua maneira de morar, a sua saúde, a sua educação, a sua sexualidade, etc. (Cf. RAGO, 1985: 11-14).

Desta maneira, a autora interpreta as relações de força existente entre os operários e o patronato. Demonstrando as diferentes formas que o patronato utilizou para dominação como, por exemplo, listas negras, repressão policial, organização de vilas operárias, práticas higienistas, etc. E as formas como o movimento operário, a partir da perspectiva anarquista, questionou essa dominação.

Essa e outras obras que utilizaram simultaneamente as reflexões de Foucault e Thompson foram bastante criticadas na época. Posteriormente, esse "problema conceitual" ³ foi identificado pela própria Rago (Cf. RAGO, 1993: 133-134) e, em linhas gerais, diz respeito a articulação entre dois tipos de história: Por um lado, uma "história genealógica", em que não existem objetos naturais ou essenciais, mas constituídos por meio de práticas e discursos; e que não possui um sentido nato. Por outro lado, uma "história hermenêutica" em que o conceito fundamental de experiência é determinado por elementos específicos ou "essenciais", que manifestam o caráter explorador das relações sociais de produção; e que o sentido, por mais indeterminado que seja pela noção do "fazer-se", é a busca de uma sociedade socioeconomicamente igualitária, ou seja, o fim da "exploração do homem pelo homem".

Dessa oposição entre Thompson e Foucault, parece decorrer também uma diferença metodológica, enquanto o primeiro busca contrapor e esgotar as evidências aproximando o máximo possível o conhecimento histórico da realidade histórica (Cf. THOMPSON, 1981: 27-29, 34-38, 62-68, *passim*). O segundo não tem a intenção de exaurir as fontes na construção de um discurso da realidade histórica, mas "usar a história" como argumento de suas proposições em relação ao tempo descontínuo e o caráter não essencial das coisas. Certamente, Thompson tem preocupações filosóficas, bem como Foucault se fundamenta em fontes, talvez a diferença nas intenções represente a distinção entre o historiador e o filósofo.

Em nossa perspectiva, bastante pautada nas reflexões de Thompson, a produção historiográfica da década de 1980 aqui referida, apesar da manutenção de princípios fatalistas, de juízos de valor, do "problema conceitual"; foi importante para a compreensão dos "vencidos da República" e sua relação com a constituição da sociedade brasileira. Pois, em muitos momentos analisou a relação de forças entre os diferentes grupos socioculturais em confronto na época e sua importância para o contexto histórico. Afinal, é também devido a existência e ação dos monarquistas, jacobinos e operários que os discursos e práticas de dominação adquiriram determinada forma e conteúdo.

³ O termo está entre aspas, pois entendemos que, antes de taxar como problema, ainda é necessário uma investigação detalhada dessa apropriação simultânea de Thompson e Foucault, considerando especialmente os resultados concretos para o conhecimento histórico.

Bibliografia:

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicato e partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário**: Movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Pontes, 1988.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 4.ed. São Paulo: Difel, 1986.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. Culturalismo e Experiência: leitura dos debates em torno da obra de E.P. Thompson. **Diálogos**, Maringá, v. 3, n. 3, p. 309-322, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989)**. Ouro Preto: UFOP, 1994, 2v.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. E. **Mundos do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. E. **Rebeldes Primitivos**: Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAGO, Luzia Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. **Anos 90**. Rio Grande do Sul, PPGH-UFRGS, v. 1, n. 1, p.121-143, 1993.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Igor Guedes. **O messianismo acadêmico: redenção pela classe operária.** Londrina: UEL, 2009 (Dissertação de Mestrado).

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.

_____. **Tradicón, revuelta y consciéncia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial.** 3. ed. Barcelona: Crítica, 1989.